

PUBLICADO DOM 18/12/2004

PARECER Nº 1121/04 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0462/03.

Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador Paulo Frange (PTB), visa alterar a Lei nº 11.076 de 05 de setembro de 1991, que permite aos engenheiros, arquitetos e também os corretores de imóveis a terem acesso a qualquer documento ou dado técnico necessário às informações junto aos órgãos públicos ou repartições da Prefeitura Municipal de São Paulo, para o desempenho de suas funções.

Esclarecendo que a lei citada no parágrafo anterior beneficiava somente os corretores de imóveis que têm pequena atuação técnica no andamento dos processos nos órgãos públicos. Os profissionais para usufruírem desse benefício, além de satisfazerem as exigências legais, deverão estar devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de cada categoria, e, só poderão atuar mediante a apresentação da carteira expedida pelo Conselho competente. Quanto aos aspectos atinentes à atividade econômica, argumentamos que a propositura é oportuna e meritória, tendo em vista que agilizará as aprovações ou qualquer que seja o procedimento ou andamento de processos que se encontram nos órgãos públicos, dando condições ao profissional contratado de prestar esclarecimentos ao contratante, de seus serviços e da posição exata do andamento do processo que lhe interessar.

Favorável, ao presente projeto apresentado.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, em 16/12/04.

Francisco Chagas – Presidente

Edivaldo Estima – Relator

João Antonio

José Nogueira

José Viviani Ferraz

PUBLICADO DOM 11/06/2005

PARECER Nº 1121/04 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0462/03.

Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador Paulo Frange (PTB), visa alterar a Lei nº 11.076 de 05 de setembro de 1991, que permite aos engenheiros, arquitetos e também os corretores de imóveis a terem acesso a qualquer documento ou dado técnico necessário às informações junto aos órgãos públicos ou repartições da Prefeitura Municipal de São Paulo, para o desempenho de suas funções.

Esclarecendo que a lei citada no parágrafo anterior beneficiava somente os corretores de imóveis que têm pequena atuação técnica no andamento dos processos nos órgãos públicos. Os profissionais para usufruírem desse benefício, além de satisfazerem as exigências legais, deverão estar devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de cada categoria, e, só poderão atuar mediante a apresentação da carteira expedida pelo Conselho competente. Quanto aos aspectos atinentes à atividade econômica, argumentamos que a propositura é oportuna e meritória, tendo em vista que agilizará as aprovações ou qualquer que seja o procedimento ou andamento de processos que se encontram nos órgãos públicos, dando condições ao profissional contratado de prestar esclarecimentos ao contratante, de seus serviços e da posição exata do andamento do processo que lhe interessar.

Favorável, ao presente projeto apresentado.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, em 16/12/04.

Francisco Chagas – Presidente

Edivaldo Estima – Relator

João Antonio

José Nogueira

José Viviani Ferraz